

NEI LOPES

ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA
DA
Diáspora africana



ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DA DIÁSPORA AFRICANA
Copyright © 2004, 2011 by Nei Lopes
Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**
Editora assistente: **Saete Del Guerra**
Assistente editorial: **Carla Lento Faria**
Coordenação editorial desta edição: **Claudia Agnelli**
Coordenação editorial das edições anteriores: **Carlos Tranjan (Página Viva)**
Projeto gráfico e capa: **Douglas Braga**
Diagramação: **Acqua Estúdio Gráfico**
Impressão e acabamento: **Geográfica Editora**

Selo Negro Edições

Departamento editorial
Rua Itapicuru, 613 – 7º andar
05006-000 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3872-3322
Fax: (11) 3872-7476
<http://www.selonegro.com.br>
e-mail: selonegro@selonegro.com.br

Atendimento ao consumidor
Summus Editorial
Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado
Fone: (11) 3873-8638
Fax: (11) 3873-7085
e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

Nota à presente edição

A presente edição não só corrige como atualiza e aprofunda alguns dados das edições anteriores desta obra, trazendo, também, novos verbetes. E as correções, além das meramente formais, foram motivadas pela reformulação de alguns conceitos, reelaborados por aquisição de novas informações. Para tanto, foi fundamental o contato mais estreito com a obra de pensadores como Molefi K. Asante, Cheikh Anta Diop e, sobretudo, Elisa Larkin Nascimento, continuadora da obra do imortal Abdias Nascimento, a quem esta edição é dedicada.

O Autor

Apresentação

Uma enciclopédia, por sua natureza, é algo vasto. Requer acúmulo, densidade e sentido de completitude. Trata-se, assim, de um tipo de obra apta ao talento de Nei Lopes. Ao produzir esta *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*, o autor chamou para si uma tarefa árdua que é fundamental para o país.

Nei Lopes nos presenteia com uma obra de referência há muito reivindicada por aqueles que se dedicam de fato a aprofundar a nossa brasilidade imensamente negra. Trata-se de uma produção brasileira cujo alcance transcende o Brasil, pois cuida da farta e diversa contribuição dos negros fora da África. A enciclopédia vai ajudar de forma especial a aprofundar a ideia tão cara da identidade nacional, bem como a consolidar uma autoestima positiva para o segmento negro – cerca de 45% da população do país.

Num momento em que se implementam na educação brasileira, por determinação legal, disciplinas que versam sobre a história da África e do povo negro no Brasil, não poderia haver iniciativa mais importante do que a edição desta obra.

O mundo tem uma dívida colossal para com o continente africano. Esse passivo moral é particularmente contundente no que diz respeito às Américas. O autor, ao escapar dos cacoetes que muitas vezes amarram as obras de referência, desenvolve conceitos sociológicos e religiosos que iluminam a ignorância e o preconceito que ainda incidem sobre a negritude.

Escrever um livro é também um ato de doação. Nei Lopes, com prazer, se empenha de forma generosa para nos proporcionar uma importante fonte de luz ancestral – seu trabalho tem o aconchegante colo da mãe África como pano de fundo.

Na Diáspora Africana, negras e negros reinventam áfricas – presos em camisas de força representadas por idiomas, culturas e climas diversos –, irradiando uma singular energia pelo resto do planeta. A matriz dessa luminosidade, todavia, é um

veio uno e permanente de inspiração e energia. A magia dessa intensa produção humana é magistralmente decifrada por Nei Lopes ao longo da *Enciclopédia*.

A um simples ativista da luta do negro no Brasil, cabe agradecer pelo privilégio de poder opinar sobre este trabalho pioneiro. Cabe-me também louvar – sim – a paciência e a dedicação de um autor em produzir uma enciclopédia que pode inspirar o Brasil, tão machucado socialmente, a se tornar melhor.

Helio Santos

(Ativista do movimento negro brasileiro, professor e autor de *A busca de um caminho para o Brasil – a trilha do círculo vicioso*, Editora Senac, 2001.)

Prefácio

Nos idos de 1909, encontraram-se dois importantes nomes do mundo africano em torno de um projeto grandioso. O sociólogo e pan-africanista William E. Burghardt Du Bois propunha a seu colega Edward Wilmot Blyden, radicado em Serra Leoa, construir uma obra de referência séria e abrangente sobre a história, experiência e situação de vida do negro em todo o planeta. O empreendimento teve um início promissor, mas os apoios prometidos não se concretizaram. Na década de 1930, Du Bois retomou a ideia e mais uma vez se viu frustrado. Somente com o processo anticolonialista africano e a ascensão de um intelectual pan-africanista à chefia de Estado do primeiro país independente da África tornou-se possível prosseguir a realização dessa obra. Du Bois foi morar em Gana, onde morreu em 1963, aos 95 anos, em plena fase de pesquisa e compilação de sua *Enciclopédia Africana*, patrocinada pelo governo do grande estadista Kwame Nkrumah.

Mesmo que Du Bois tivesse conseguido terminar e ver publicada a sua *Enciclopédia*, a época e o contexto histórico se encarregariam de determinar-lhe algumas características. Naquele tempo, o pan-africanismo se articulava em torno do que se concebia como o triângulo clássico da rota escravista, composto de três pontos: primeiro, a África; segundo, os Estados Unidos e o Caribe de fala inglesa e francesa; terceiro, a Europa. Essa imagem se traçava com referência aos principais poderes colonialistas, a Inglaterra e a França, e praticamente excluía a América Central e do Sul e o Caribe de fala espanhola. Sobre essa região prevalecia o senso comum de que a experiência do negro seria qualitativamente distinta à do restante da América, em particular à dos Estados Unidos. A miscigenação e a influência benigna da Igreja Católica teriam sido fatores de abrandamento do sistema escravista; os negros não teriam sofrido tantos horrores e teriam se bene-

ficiado com o processo de mistura racial, frequentemente retratado como tendo ocorrido na forma de casamentos mistos.

A inteligência de Du Bois e a sua experiência do racismo não o deixariam cair na armadilha de reproduzir o discurso eufórico da “democracia racial”. Mas a falta de informações disponíveis sobre o assunto tornava impossível uma análise mais precisa, fato que emerge na leitura das pouquíssimas referências à região que povoam sua vastíssima obra. Insistia ele, nessas poucas ocasiões, que a importância demográfica da enorme população de negros habitantes da América do Sul a tornava uma parte integrante do mundo africano. Entretanto, o peso esmagador do discurso da “cordialidade latina” e a ausência de um sistema formal e jurídico de segregação racial chegaram a exercer considerável influência sobre intelectuais africanos e afrodescendentes, levando muitos deles a admitir a possibilidade de um sistema colonial escravista e uma sociedade moderna menos racistas e mais amenas para o negro na América Latina. Muitos outros, talvez a maioria, simplesmente ignoravam essa enorme massa populacional negra.

Somente em 1973, com a participação de Abdias do Nascimento na Conferência Preparatória do 6º Congresso Pan-Africano, realizada na Jamaica, a comunidade pan-africana ouviria um afrodescendente sul-americano relatar de viva voz a sua própria experiência do racismo. A denúncia do racismo no Brasil ecoou forte naquele certame, como também em outros eventos posteriores. A partir desse momento, a atenção dos africanos da Diáspora e do continente começou, lentamente, a voltar-se para a América Central e do Sul. Ao mesmo tempo ampliou-se ao longo dessas décadas a organização coletiva dos afrodescendentes da região, articulando suas análises do racismo, suas estratégias de luta e suas reivindicações políticas, e assim assistimos ao processo de mobilização para a Conferência Regional das Américas, em Santiago do Chile, em 2000, e à 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, África do Sul, em 2001.

Nada mais saudável e conveniente, portanto, que a compilação de uma *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*, que vem complementar o parco elenco de obras de referência já existentes, em inglês e de difícil acesso ao público brasileiro. O mais destacado exemplo é o volume *Africana: The encyclopedia of the African and African American experience*, organizado por Henry Louis Gates Jr. e Kwame Anthony Appiah e publicado nos Estados Unidos em 1999. Sobre ele, o autor do presente volume observa que, “com uma equipe de centenas de colaboradores da área acadêmica, responsável pela elaboração de longos e bem fundamentados artigos distribuídos por mais de 2 mil páginas, trata-se da maior obra já publicada sobre a África, suas civilizações e seu impacto na cultura mundial”.

Concebida como uma coleção de verbetes curtos e resumidos, esta enciclopédia brasileira dá um panorama mais geral da Diáspora Negra, notadamente no que

se refere ao Brasil e principalmente com base numa perspectiva construída na própria experiência de vida do autor como afrodescendente, músico, religioso praticante do candomblé e militante do movimento social antirracista no país. A óptica desenvolvida dedica bastante ênfase às biografias de anônimos que fizeram ou fazem coisas importantes, como revolucionários, líderes religiosos, educadores e assim por diante. No que diz respeito à religião de origem africana, aspecto importantíssimo, o autor procura fechar um círculo de informações apoiado no tripé Brasil-Cuba-África.

É de esperar que outras obras semelhantes, no futuro, possam trazer a ênfase nicaraguense, peruana, boliviana ou uruguaia, e assim por diante, revelando os diferentes elencos de fatos, informações e tradições reunidos nas conjunturas locais das nações que compõem a região. Cada uma terá sua vital contribuição a fazer, seguindo o exemplo brasileiro, no intuito de enriquecer com novas ópticas e percepções as fontes de informações já existentes sobre a experiência africana nas Américas.

Esta *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana* é o resultado de longos anos de minuciosa pesquisa sustentada pela paixão e pelo engajamento de um só autor e concretizada numa ação independente dos vínculos acadêmicos e dos financiamentos institucionais. O critério rigorosíssimo de pesquisa e erudição, bem como a solidez e a seriedade do compromisso com o registro fiel e exato das informações coletadas, evidencia a grandeza do empreendimento.

Estamos diante de um trabalho inédito e pioneiro, não apenas pelo conteúdo reunido como também pela metodologia empregada. Nada mais apropriado que o engajamento nesse trabalho de um pesquisador como Nei Lopes, cujas realizações criativas e de pesquisa vêm enriquecendo o panorama da cultura nacional com sua singular capacidade de elaborar e interpretar a dimensão mais densa e profunda da africanidade no país. Para além daquela cultura lúdica e frequentemente estereotipada associada ao negro brasileiro – restrita, de forma geral, às tradicionais áreas do folclore, da música, da dança e da culinária –, temos aqui um compêndio de informações complexas, aprofundadas e não divorciadas de seu contexto mais amplo, a matriz cultural do mundo africano.

Como observa Nei em sua “Nota do autor”, trata-se de um conjunto de informações mantidas invisíveis pelas estruturas de dominação que regem a sociedade brasileira e promovem as desigualdades raciais comprovadas por órgãos oficiais de pesquisa. Somente nos últimos meses essas desigualdades vêm sendo alvo da articulação de políticas públicas voltadas à sua diminuição. Parte integral e indispensável desse processo é tornar visível a herança africana da sociedade brasileira, em prol da autoestima não apenas dos afrodescendentes, mas de toda a população, que ganha um referencial digno e dinâmico dos fundamentos de sua cultura e civilização.

Mas esta obra tem um alcance maior. Tendo em vista a evolução recente do panorama pan-africano, não deixa de ser sinal dos tempos que, passado quase um século, testemunhemos o ressurgimento, a partir do Brasil, do projeto pan-africano de Blyden e Du Bois. O trabalho de Nei Lopes se ergue como fiel expressão do espírito intelectual, do sentido político e do impulso inovador que infundiam o sonho da *Enciclopédia Africana*. Oxalá permita que esse Ogum afro-brasileiro desfrute de uma vida longa e produtiva, para que possa nos brindar com outros frutos desse seu imponderável dinamismo intelectual e poder criativo.

Elisa Larkin Nascimento

(Mestre em Direito e Ciências Sociais,
doutora em Psicologia, autora de *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*, Selo Negro, 2003.)

Nota do autor

Chegado o século XXI, mais de 116 anos após a abolição legal da escravatura, a questão do Negro permanece, no Brasil, praticamente inalterada, tendo, em alguns aspectos, até retrocedido em relação ao início do século XX. Por culpa de um processo abolicionista que não adotou medidas posteriores que assegurassem aos ex-escravos e seus descendentes, como um todo, o direito pleno à cidadania, a sociedade brasileira engendrou o seu maior problema.

Chegado o novo século, a fraca autoestima da massa afrodescendente, que constitui cerca de metade da população brasileira, é uma triste realidade. E essa circunstância é agravada pela completa alienação dessa massa em relação à sua verdade histórica, à de seus ancestrais africanos e à de seus irmãos nas Américas e no mundo.

A produção escrita que, até o presente, se ocupou do assunto, primeiro, viu o indivíduo negro como objeto de ciência e, principalmente, da criminologia e da psiquiatria forense, ramos da medicina legal. Depois, o tratou como estatística, num grande esforço acadêmico que, salvo honrosas exceções, nenhum benefício somou à busca da solução do problema, só trazendo láureas aos cientistas, raramente negros ou mestiços, que estudaram a questão e a materializaram em suas massudas teses universitárias.

Essa realidade já tinha, inclusive, no Brasil e nas Américas, moldado o desenvolvimento de uma figura curiosa que é a do especialista na chamada “cultura popular”. Filho de família abastada, de origem patriarcal, ele teve uma babá negra, assim como foram negros, também, outros serviçais de sua casa. Inteligente e curioso, ele assimilou histórias narradas pela babá e apreciou, com admiração e inveja, as malandragens dos seus domésticos. Por intermédio destes, e escondido dos pais, foi ao candomblé ou à *santería* e aprendeu alguns golpes de capoeira ou

do *juego de mani*, ensaiou alguns passos de samba ou de rumba, provou e aprovou a cachaça, rum, acarajé, *mazamorra*, caruru, *nyonyó*, aprendeu a usar ervas para abortar etc. Na universidade, valeu-se desses conhecimentos para fascinar os colegas com seu saber mundano. E aprofundou esse saber com pesquisas livrescas e de campo, não raro levando os colegas para conhecer seus amigos negros, no morro, nos solares, nos bairros afastados da periferia. Formado, doutorou-se em “Cultura Popular”, pós-graduou-se na França e virou folclorista respeitado, publicou livros, deu conferências, inclusive no estrangeiro, tornou-se alto funcionário do governo. Vez por outra ainda vai visitar os “seus” pretos, no morro, nos bairros da periferia. Mas essas visitas estão escasseando cada vez mais, porque a vida dele é uma roda-viva de livros para escrever, conferências, viagens, missões diplomáticas. Sempre em nome da “Cultura Popular”.

Felizmente, entretanto, o novo século já vê a antítese dessa figura. Trata-se do intelectual negro militante, que, tendo também tido acesso aos bancos acadêmicos, combate o racismo com números, fundamentando sua luta em pesquisas quantitativas sobre a desigualdade de fundo etnorracial. Por meio desse novo perfil, os negros começam a falar em seu próprio nome, dispensando intermediários, sejam eles os “especialistas” como os do perfil antes visto, sejam os sociólogos e antropólogos do poder hegemônico.

Esta obra, então, nasceu da vivência pessoal de um afrodescendente, a partir da constatação da carência, no Brasil, de uma obra de cunho enciclopédico na qual se enfatize a origem africana de grandes personalidades, como ocorre, mas com personalidades de ascendência judaica, tais como Benjamin Disraeli, Henry Kissinger, Jay Lerner ou George Gershwin, na *Enciclopédia Larousse*, por exemplo. Nas publicações disponíveis o Negro parece só despertar interesse etnográfico, nelas raramente figurando heróis, sábios, grandes homens realçados em sua circunstância étnica. Para essas publicações, em geral, o vocábulo “negro” define, no Brasil, mais uma categoria social, já que os “grandes homens”, quando afrodescendentes, são apenas “nascidos em lar humilde” e quase nunca efetivamente “negros”.

Essa contumaz invisibilização da afrodescendência no seio da sociedade brasileira tem a seu favor, também, outros fatores. Observe-se que um filho de negro nem sempre é, na aparência fenotípica, um “negro”, como o termo é entendido no Brasil: aqui, um pai de forte aparência negroide pode, por meio de um casamento misto e em razão de mestiçagens sucessivas ocorridas na mesma família, gerar filhos “brancos”. A consequência desse fato, embora vista como meramente estatística, é também psicológica, pois minimiza a presença da descendência africana e reforça a falácia estatística que enquadra o Negro, no Brasil, como minoria.

Em outra linha de raciocínio, é possível dizer que as afinidades entre o Brasil e a África Negra vão infinitamente além daquelas esquemáticas e reducionistas “influências africanas” reproduzidas pelos livros didáticos. Condições ecológicas, históricas, sociais e antropológicas semelhantes são fatores que aproximam essas duas grandes porções da superfície terrestre que, um dia, há milhões e milhões de anos, a natureza caprichosamente separou.

Ironicamente, entretanto, foi o aviltante comércio humano que começou a tornar próximos esses pedaços apartados. Com a importação ininterrupta de milhões de trabalhadores africanos num período de quase quatro séculos, o Brasil moldou o seu *ethos*. E, mais ironicamente ainda, foi a colonização portuguesa – brutal como toda e qualquer colonização – que deu ao Brasil a unidade linguística que hoje apresenta e o religa, ainda uma vez, a uma enorme comunidade de africanos.

A africanidade brasileira, por outro lado, insere o país em outra enorme comunidade, que é a dos povos afro-americanos, dos Estados Unidos à Bacia do Prata, passando pelas ilhas do Caribe. Aparência física e traços culturais absolutamente semelhantes – desde o gosto pelas cores (pelos ritmos quentes e pelos temperos não menos) até as especificidades que põem no mesmo barco todo esse complexo, alvo maior de uma globalização colonizante – fazem que africanos, lá e cá, constituam uma macrocomunidade à qual convém se integrar e autopreservar.

Obra de referência no sentido estrito e tentativa de abarcar o maior número possível de realizações e realizadores da Diáspora Africana em todo o mundo, mediante uma visão brasileira, esta *Enciclopédia* toma para si, então, uma parte da tarefa: tornando visíveis (ou apenas registrando, para pesquisas mais aprofundadas) acontecimentos, pessoas, sítios históricos etc., ela busca criar referenciais aos quais o leitor negro recorra para localizar-se e estruturar-se, construindo, assim, a tão procurada e quase nunca atingida autoestima. Desse modo, ela focaliza, também, figuras e eventos que não são necessariamente da Diáspora, mas podem ser vistos como referenciais históricos e de vida.

Mas saiba-se que este não é apenas um livro de bons exemplos: nele, ao lado dos mestres e benfeitores, estão relacionados o africano traficante de escravos, o bandoleiro do sertão nordestino, o bufão da corte, o bandido urbano, o cantor que sucumbiu às drogas, o nobre escravagista, o político que negou suas origens – todos mosaicos de um grande painel.

Entretanto, como está dito no corpo desta obra, a classificação étnica das pessoas no Brasil dá margem a desencontros e divergências. O poder público, por intermédio do IBGE, usa as categorias “branco”, “preto”, “pardo” e “amarelo”; os movimentos negros usam as categorias “branco” e “negro”; e o senso comum usa um leque de expressões que vai do “branco” ao “preto”, as quais, contabilizadas no

Censo de 1980, somaram 137 termos. Essas divergências, de certa forma, reproduzem os critérios “raciais” de há muito vigentes no Brasil. E por força delas os adeptos da “teoria do branqueamento” tendem a minimizar a participação do negro na composição da população brasileira, enquanto a militância negra valoriza o lado africano dos mestiços, pleiteando o reconhecimento dos descendentes de africanos, em todos os graus, como a maioria da população brasileira.

Assim, para esta *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*, que tem como principal objetivo tornar visível a participação da matriz africana na formação da sociedade brasileira e na civilização universal, Negro é, no contexto da Diáspora – embora utilizemos, ocasionalmente, em favor do melhor entendimento, as denominações “preto”, “mulato”, “afromestiço” etc. –, todo descendente de negro-africanos, com qualquer grau de mestiçagem, desde que essa origem possa ser identificada historicamente e, no caso de personalidades vivas, desde que seja reconhecida pelo focalizado.

Este é, então, um registro da presença africana no mundo, desde sempre. Em todos os seus matizes.



AARON, Hank. Nome pelo qual se tornou conhecido Henry Louis Aaron, jogador americano de beisebol nascido em Mobile, Alabama, em 1934. Em 1966 foi alvo de ameaças de morte por parte de torcedores racistas que não admitiam vê-lo tentando bater o recorde do branco Babe Ruth, o que, afinal, conseguiu em 1974, tornando-se o maior batedor de *home runs* (jogadas que garantem o ponto máximo) da história do beisebol.

ABÁ. Para os antigos nagôs da Bahia, esperança de paz espiritual e dias melhores. Do iorubá *àbá*, “esperança”.

ABÁ KOSO. Em Trinidad, divindade masculina relacionada a Xangô. Em iorubá, a expressão correlata é parte de um oriqui* desse orixá.

ABABÁ. Alguidar. Provavelmente, do iorubá *agbada* (talvez com erro de grafia), vasilha de barro sem tampa, usada para cozinhar alimentos e para outras finalidades.

ABACA (séculos XIX-XX). Nome ou alcunha de um alufá pertencente à comunidade baiana do Rio de Janeiro no princípio do século XX. Parece ser corruptela de *Abubakar*.

ABAÇÁ. Local dos terreiros de umbanda onde se realizam as festas públicas; o próprio terreiro.

Do fon *agbasa*, “sala”, “salão”. No Reino de Abo-mé, *fagbasa* era o salão onde se consultava o oráculo Fa.

ABACAXI. Ver PIÑA BLANCA.

ABADÁ [1]. Tambor usado no babaçuê*. Provável corruptela de batá*.

ABADÁ [2]. Espécie de túnica masculina de mangas largas, compridas ou chegando até o antebraço, e com cortes laterais até a altura da cintura, outrora usada no Brasil sobretudo pelos negros malês. Modernamente, o vocábulo dá nome aos uniformes dos foliões que integram os blocos de trios elétricos do carnaval de Salvador e outras cidades, e são vendidos principalmente a turistas. Do iorubá *agbádá*.

ABADINÃ. Qualidade de Omolu cultuada em terreiros pernambucanos, sincretizada com são Sebastião e dita Omolum Abadinã.

ABADÔ. Prato da cozinha ritual dos orixás preparado com milho vermelho torrado e às vezes esfarelado. Em Pernambuco, o abadô de lemanjá é feito com arroz no lugar do milho. Do iorubá *àgbàdo*, “milho”. Ver AGUARDÓ.

ABAIETÉ, Lagoa do. Ponto de atração turística em Salvador, BA, localizado próximo à praia

de Itapuã. Celebrizada numa canção de Dorival Caymmi*, por suas águas escuras e misteriosas, é local de oferendas a Oxum* e Iemanjá*.

ABAGUERI. Festa de Xangô em terreiros do Nordeste brasileiro. Ver *BEGUIRI*.

ABAIMAHANI. Canto para apaziguar os espíritos, entoado pelas mulheres *garifunas** de Honduras, Guatemala e Belize.

ABAIUHANI. Cerimônia das crianças no culto aos ancestrais dos *garifunas** de Honduras.

ABAKUÁ. Em Cuba, sociedade secreta masculina, pertencente ao complexo cultural *carabalí**. Financiada por contribuições de seus integrantes, é dotada de complexa hierarquia de dignitários e assistentes, com cerimônia de iniciação, renovação, purificação e morte; linguagem (falada e escrita) esotérica e hermética; e rituais de invocação de seres sobrenaturais. Ao membro da sociedade *abakuá* se chama, em Cuba, *ñáñigo*; ao tambor que simboliza o segredo da sociedade, *ekwé* ou *ecué*. *Abakuá* (ou *abakwa*) é também um gentílico que designa pessoas originárias da costa do Calabar*, situada ao sul da Nigéria. **Música *abakuá*:** A sociedade *abakuá*, além de se estruturar como entidade de socorro mútuo, apresenta uma faceta lúdico-religiosa em que a música representa importante papel. Suas danças são executadas nos ritos e festas do *ñáñigos*, principalmente pelo *ireme** ou *diablito*, ao som dos *enkómo* (tambores), *bonkóenchemiya*, *biankomé*, *obí-apá* e *kuchi-yeremá*; de sineta (*ekón*); bastões (*itón*); chocalhos (*erikundi*) etc. As manifestações festivas (*plantes*) se realizam na sede do grupo ou nas procissões em que o *ireme* dança ao som do coro dos demais participantes.

ABALÁ [1]. Na tradição iorubana do Brasil, parte do traje dos egunguns, grandes ancestrais, e também de Xangô*. Consiste em tiras de pano, que caem da cintura, formando uma espécie de saio, nas cores do ancestral ou orixá. Do iorubá *abala aṣo*, “peça de roupa”. Ver *EGUNGUM*.

ABALÁ [2]. Tipo de abará* recheado com um camarão seco inteiro.

ABALÔ. Uma das formas ou qualidades de Oxum. Do iorubá *Osun Abalu*, a Oxum mais velha.

ABALUAIÊ. Variante de Obaluaiê*.

ABALUCHÊ. Em Pernambuco, orixá associado a São Sebastião.

ABANDONO DE ESCRAVOS. Ver *ESCRAVOS IMPRESTÁVEIS*.

ABANTO. Em alguns terreiros do Maranhão, um dos nomes do inquite Tempo.

ABAÔ. Na umbanda, médium em fase de desen-

volvimento. Provavelmente, do iorubá *agbawó*, “camareiro”, “serviçal”.

ABARÁ. Bolinho salgado da culinária afro-baiana, preparado com massa obtida de feijão-fradinho ralado, temperos e camarões secos. É cozinhado no vapor, embrulhado em folha de bananeira e servido frio, na própria folha. Do iorubá *àbalá*, “bolo de arroz”.

ABARÉM. O mesmo que *aberm**.

ABATÁ. Tambor com cavalete usado nos rituais da mina* maranhense. Ver *BATÁ*.

ABAYA. Denominação cubana de povo africano natural da região do Calabar*.

ABAYOMI. Tipo de boneca preta, de pano, sem cola ou costura, com turbante vistoso e roupas coloridas, criado no Rio de Janeiro, em 1988, pela artesã maranhense Lena Martins (1951-). O nome da criação, de inspiração iorubana, estendeu-se ao da criadora, mais conhecida como Lena Abayomi.

ABBOT, Diane. Parlamentar inglesa nascida em Londres, em 1953, filha de pais jamaicanos. Graduada pela Universidade de Cambridge, tornou-se em 1987 a primeira mulher negra a ser eleita como membro do Parlamento britânico, onde se destacou na defesa antirracista dos imigrantes pobres e das minorias étnicas.

ABC ISLANDS. Expressão comumente usada para designar o conjunto formado pelas ilhas de Aruba, Bonaire e Curaçau, antigas colônias holandesas próximas à costa da Venezuela.

ABDALAH-EL-KRATIF. Ver *FIGUEIREDO, Antônio Pedro de*.

ABDIAS, Mestre (1910-90). Nome artístico de Abdias do Sacramento Nobre, artesão brasileiro nascido em Salvador, BA, onde também faleceu. Nos anos de 1980 era, no Brasil, o último representante de uma linhagem de tecelões de

A



Lagoa do Abaeté, Salvador, BA